

XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais
Poços de Caldas-MG, 22 a 28 de setembro de 2018

43 – Interações entre Demografia, Economia
e Sociologia da Educação (Sessão Oral)

Perfil socioeconômico, motivações e aspirações profissionais de concluintes
da área de Educação do ensino superior no Brasil, 2014

RESUMO: A ampliação das matrículas em cursos da área de Educação foi o principal vetor da expansão recente da educação superior brasileira. O objetivo do artigo é analisar as desigualdades internas a essa área, desagregando os cursos de licenciatura em subáreas de conhecimento da Educação Básica. Os resultados obtidos com o uso dos dados do Enade 2014 atualizam achados anteriores, como a sobre-representação feminina e a elevada proporção de estudantes trabalhadores entre os concluintes das licenciaturas, mas também revelam que as subáreas de Educação estão distintamente caracterizadas de acordo com a origem socioeconômica dos estudantes e condições institucionais. Os concluintes de Pedagogia têm origens mais modestas e acessam com menos frequência recursos institucionais voltados para a permanência, enquanto situação inversa é encontrada na área de Matemática e Ciências da Natureza. Os concluintes homens e aqueles de instituições públicas alcançam sistematicamente as maiores notas no Enade. Independente da área de conhecimento, “Vocação” foi o motivo para escolher licenciatura mais selecionado pelos concluintes e metade ou mais deles pretende exercer o magistério como ocupação principal depois de formados.

Palavras-chave: Estratificação educacional; Educação superior; Enade; Formação de professores; Desempenho acadêmico.

Introdução

A educação superior desempenha papel central na organização das hierarquias sociais e dos sistemas de estratificação e mobilidade nas sociedades modernas. A posse do diploma superior é crescentemente importante na configuração das trajetórias de vida individuais e, mais especificamente, das oportunidades no mercado de trabalho. A expansão por que passou a educação de nível pós-secundário em vários países do mundo nas últimas décadas e a descoberta de fenômenos sociais particulares a esses sistemas educacionais estimularam o interesse de teóricos e pesquisadores da sociologia da educação e, em particular, da estratificação educacional pela formação universitária. Em sistemas como o brasileiro, cuja expansão foi alavancada pelo aumento sobretudo de vagas e matrículas em cursos de baixo prestígio e retornos sociais e econômicos, interessa saber quais mudanças a maior oferta de educação superior implicou na estrutura das desigualdades de renda, prestígio e poder no país.

O entendimento de que as diferenças qualitativas e institucionais que organizam qualquer sistema educacional estão associadas tanto à origem social dos indivíduos quanto ao seu ponto de destino no mercado de trabalho alimentou o surgimento de uma vasta literatura sobre as características *horizontais* dos sistemas escolares (e.g. COLLARES, 2010; RIBEIRO, 2014; RIBEIRO; SCHLEGEL, 2014). As diferentes trajetórias e carreiras flanqueadas aos indivíduos e os distintos tipos institucionais criados nas últimas décadas no ensino superior fizeram com que essas diferenças fossem ainda mais relevantes nesse nível. Uma dessas diferenças horizontais e qualitativas, que passaram a ser estudadas apenas recentemente no país, está compreendida nos diversos campos de estudo oferecidos no ensino superior. Neste artigo, enfatizamos a área de Educação, que conduziu de modo determinante a expansão da educação pós-secundária nas últimas décadas e que foi uma das principais vias de entrada, pela primeira vez, de larga parcela da população nesse nível.

Análise recente das mudanças institucionais e sociais, em particular na distribuição dos grupos de estudantes homens e mulheres, nos cursos da área de Educação nas últimas duas décadas revelou diferenças importantes entre os

distintos percursos de formação dos professores brasileiros (HONORATO; VIEIRA; ZUCCARELLI, 2018). A depender da subárea de Educação escolhida pelos estudantes, eles percorrerão com probabilidades distintas os diversos segmentos da educação superior. Os ingressantes dos cursos de Pedagogia tenderão a ser encaminhados para cursos presenciais noturnos de instituições privadas ou a ser escolherem cursos à distância. Por outro lado, estudantes que busquem formação docente para disciplinas específicas da educação básica serão institucionalmente induzidos a estudarem em em cursos diurnos de universidades públicas.

Numerosos trabalhos nos últimos anos têm mostrado que os cursos de Educação têm características peculiares quanto ao perfil socioeconômico dos estudantes que os escolhem, os tipos institucionais nos quais são ofertados, e quanto aos retornos que oferecem ao longo do ciclo de vida dos seus egressos. Em primeiro lugar, a área de Educação está invariavelmente entre as áreas com menor retorno no mercado de trabalho, tanto em estudos feitos no Brasil, quanto em outros países (GERBER, 2008; RIBEIRO; SCHLEGEL 2015; SCHWARTZMAN, 2012) -- a propósito, os vencimentos do exercício do trabalho docente são pouco animadores no país desde o Império (CUNHA, 1989). Além disso, parte da literatura indica que os retornos a esses cursos, diferentemente de outras áreas, não são afetados pela seletividade acadêmica das instituições de ensino (GERBER, 2008). Por outro lado, do lado dos trabalhos voltados para os condicionantes do acesso aos diferentes campos de estudo, a área de Educação, assim como os cursos relacionados aos serviços de cuidado, como os de Saúde e Bem estar, aparece como uma das áreas tipicamente femininas e frequentadas por grupos socialmente desfavorecidos e com baixo desempenho prévio. Finalmente, a decisão dos estudantes das diferentes subáreas de formação de professor em seguir a carreira docente são distintamente condicionadas pelo desempenho prévio, trajetória acadêmica e experiência de magistério (ALVES et al., 2017).

Em grande medida, os resultados da literatura relevante indicam a manutenção efetiva (LUCAR, 2001) das desigualdades educacionais no ensino superior. Em outras palavras, as melhores carreiras e posições dentro do sistema continuam sendo reservadas para os grupos socialmente privilegiados. Estudo recente sobre desigualdades entre áreas de estudo no ensino superior indicou forte estratificação

por renda, escolaridade e gênero entre os concluintes (BARBOSA; VIEIRA; TAGLIARI, 2017). A área de Educação estava entre aquelas que ofereciam as oportunidades mais promissoras para mulheres e negros de famílias pouco educadas e de baixa renda alcançarem o diploma universitário. Por outro lado as áreas de Medicina, Direito e Engenharia estavam entre as que menos oportunidades de conclusão ofereciam para esses mesmos grupos de estudantes. Há evidências convincentes, portanto, de que a seletividade dentro do sistema não apenas está segregando indivíduos entre as áreas de estudo e tipos institucionais públicos e privados, mas também impedindo que muitos deles completem cursos superiores e, em especial, nas carreira de maior prestígio.

A nossa análise será orientada pela perspectiva, empiricamente reforçada, de que a expansão (ou “massificação”) recente da educação superior brasileira não implicou em efetiva “democratização” do acesso e da conclusão desse nível de ensino (DUBET, 2015). Embora o sistema tenha abandonado um caráter elitista e aberto portas de entrada para grandes faixas da população menos favorecida, observamos que os diferentes grupos sociais têm se beneficiado desigualmente desse processo. Acreditamos que a área de Educação, dada a sua relevância notória para a educação superior do país, ofereça possibilidades importantes da expressão brasileira desse fenômeno.

Neste artigo, utilizamos técnicas de estatística descritiva para analisar as desigualdades internas à área de Educação, desagregando os cursos de licenciatura em quatro subáreas de conhecimento da Educação Básica: (i) Ciências Humanas e suas tecnologias; (ii) Matemática, Ciências da Natureza e suas tecnologias; (iii) Linguagens, Códigos e suas tecnologias; e (iv) os cursos de Pedagogia (que atendem à Educação Infantil). Para tanto, usamos os dados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) 2014. Na nossa análise, descrevemos as áreas de acordo com o perfil socioeconômico dos concluintes, desempenho acadêmico, características institucionais dos cursos, percepções sobre o processo formativo e as aspirações sobre entrada no mercado de trabalho. Não pretendemos discutir a questão da “atratividade docente”, embora reconheçamos, naturalmente, a sua importância¹. Buscamos contribuir sobretudo com o debate sobre a estratificação

¹ Muito do que se tem produzido sobre o assunto chama atenção para o fato de que os países com os

horizontal da educação superior e as suas implicações sobre as desigualdades no mercado de trabalho, com a expectativa de que os resultados permitam aprimorar políticas voltadas para o acesso e permanência nas carreiras docentes.

Método

Aplicamos técnicas de estatística descritiva para analisar a estratificação horizontal na área de Educação. Utilizamos a melhor base de dados disponível para esse fim no país, produzida no âmbito do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), criado em 2004. Na sua atual formatação, o Enade avalia o desempenho dos estudantes concluintes dos cursos de graduação no país, de acordo com as diretrizes curriculares dos cursos. O período máximo para cada área do conhecimento ser avaliada são de três anos. A área de Educação foi, portanto, avaliada nos anos de 2005, 2008, 2011 e 2014. Entretanto, apenas em 2011 os microdados do Enade permitiram distinguir entre alunos de licenciatura e bacharelado.

Para este artigo, selecionamos apenas os concluintes dos cursos de Pedagogia e demais licenciaturas do Enade 2014²³ (INEP, 2014), último ano para o qual se tem informações disponíveis. Como mencionado mais acima, reportamos estatísticas descritivas desagregadas para quatro subáreas do conhecimento da Educação:⁴ (i) Ciências Humanas e suas tecnologias; (ii) Matemática, Ciências da Natureza e suas tecnologias; (iii) Linguagens, Códigos e suas tecnologias; e (iv) os cursos de Pedagogia (que atendem à Educação Infantil). Essa categorização dos

melhores resultados em exames como o PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) são aqueles que investiram muito na atração de estudantes com os melhores desempenhos na educação básica para a carreira docente – ver, por exemplo, o Capítulo 1 do trabalho de Leme (2012).

² Análise preliminar dos dados de 2011 revelaram poucas diferenças socioeconômicas e institucionais entre as coortes de concluintes deste ano e de 2014. Assim, decidimos reportar apenas os dados referentes ao Enade 2014. A tabulação construída a partir dos dados dos dois anos está disponível sob solicitação aos autores.

³ O Enade compõe o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, e objetiva verificar o desempenho dos estudantes a partir de provas com conteúdos e competências previstas nas diretrizes curriculares de seus cursos de graduação (componente específico, de cada curso); e, previstas para todos os que passam pelo ensino superior (componente formação geral).

⁴ As áreas de conhecimento são compostas pelos seguintes cursos: Ciências Humanas e suas tecnologias (história, geografia, filosofia e ciências sociais); Matemática, Ciências da Natureza e suas tecnologias (matemática, física, química, biologia e ciências da computação); Linguagens, Códigos e suas tecnologias (português, inglês, espanhol, artes visuais, educação física e música).

curso acompanha a proposta do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Embora seja pouco utilizada no país, ela vai nos permitir associar o exame das carreiras docentes tanto à organização dos currículos da educação básica quanto aos conteúdos substantivos das áreas de conhecimento. Os exercícios feitos nos permitirão observar em que medida esse agrupamento também tem sentido nas análises feitas entre os cursos dentro de uma mesma Área de Conhecimento.

Na nossa análise, descrevemos as áreas de acordo com o perfil socioeconômico dos concluintes, desempenho acadêmico, características institucionais dos cursos, percepções sobre o processo formativo e as aspirações sobre entrada no mercado de trabalho. Em específico, selecionamos as seguintes variáveis: sexo, idade, cor ou etnia (*dummy* informando Branco ou Negro), escolaridade mais elevada dos pais, renda familiar, situação de trabalho (*dummy* informando se o estudante trabalha ou não 40 horas semanais ou mais), nota bruta geral, nota bruta de formação geral, nota bruta de componente específico, categoria administrativa de ensino médio frequentado (*dummy* para Público ou Privado), modalidade de ensino da escola de ensino médio (categórica com Tradicional, Profissional, EJA e Outra), maior incentivo para cursar graduação (categórica com Família, Ninguém e Outro), indicador de que pretende ensinar após o término do curso (categórica com “Sim, como atuação principal”, “Sim, mas não como atuação principal”, “Não” e “Não decidi”), motivo de escolha da licenciatura (categórica com Importância da profissão, Vocação, Inspiração de professores, Outras), ingresso por política de reserva de vagas (*dummy* informando Ampla concorrência ou Ação afirmativa), e duas variáveis binárias para recebimento de auxílios e de bolsas acadêmicas.

Resultados

Características socioeconômicas e desempenho

Nesta seção, apresentamos os resultados que indicam a ocorrência de importantes desigualdades socioeconômicas e de desempenho no Enade entre os estudantes concluintes das distintas áreas do conhecimento de Educação.

Enfatizamos, em particular, as diferenças significativas entre as notas dos estudantes das duas categorias administrativas consideradas (em geral, em favor da pública) e de acordo com o sexo (em geral, em favor dos homens) em todas as quatro áreas examinadas. As evidências reforçam, portanto, a relevância da análise desagregada das áreas de estudo, e da Educação, em particular, a fim de mensurar desigualdades na formação dos professores do país.

A Tabela 1 mostra as características sociodemográficas básicas selecionadas para descrever o perfil dos concluintes dos cursos de licenciatura. Em relação à grande área de Educação, podemos constatar nela apenas fatos já sabidos. Há forte sobre-representação feminina entre os concluintes das licenciaturas (74%) -- assim como nas áreas associadas à Saúde e Bem-Estar --, pouco mais da metade deles são negros, a maior parte vem de famílias pouco escolarizadas (o ensino fundamental é maior nível alcançado pelos pais de quase três quintos dos estudantes) e de famílias de baixa renda (61% delas com renda de até 3 salários mínimos) e há enorme presença de estudantes trabalhadores (74%).

A novidade deste artigo, contudo, está na análise desagregada da área da Educação e no uso de categorias do BNCC na classificação das subáreas examinadas. Vemos ainda na Tabela 2 que, embora a maioria dos concluintes das licenciaturas sejam mulheres, a presença delas varia de forma notável entre as áreas de conhecimento: a área de Pedagogia sobressai-se como a mais feminina delas (com impressionantes 93% das concluintes sendo mulheres), enquanto as licenciaturas de Ciências Humanas e suas Tecnologias apresentam a maior proporção de homens (47%), seguidas da Matemática e Ciências da Natureza (43%). Os cursos com a maior participação feminina são Biologia (72%), Espanhol (81%), e Ciências Sociais (59%), e aqueles com maior proporção de homens são Física (71%), Música (68%) e Filosofia (59%).

A idade tanto dos ingressantes quanto dos concluintes da educação superior está sabidamente associada à origem social dos estudantes. Quanto mais jovens são os ingressantes numa determinada carreira, maiores são as probabilidades de que sejam provenientes de grupos socialmente privilegiados (BARBOSA; ZUCCARELLI, 2014). De acordo com dados do Censo da Educação Superior 2013 (Inep, 2013), a média de idade dos estudantes da área de Educação (30 anos) é

maior dentre as grandes áreas desse nível. Os dados do Enade 2014 indicam que 73% dos concluintes das licenciaturas têm 25 anos ou mais de idade, portanto, acima da faixa etária esperada (18 a 24 anos). A subárea Pedagogia é aquela que possui o maior percentual de estudantes concluintes com mais de 24 anos (80%).

A literatura prévia sobre desigualdades na participação e conclusão da educação superior indica a diminuição recente das desigualdades de oportunidades a esse nível por raça no país (CARVALHAES; RIBEIRO, 2017; ARTES & RICOLDI, 2015), mas sugere que os estudantes negros têm ocupado principalmente os cursos de menor prestígio e retorno no mercado (BARBOSA; VIEIRA; TAGLIARI, 2017). Não observamos, como mostra a Tabela 1, grandes variações entre as áreas de conhecimento na Educação. Em 2014, os brancos eram quase metade dos concluintes de Pedagogia (49%), área em que têm maior participação. No entanto, a análise de raça é prejudicada pela ausência de informação para 16% dos casos.

Tabela 1: Estatísticas descritivas das características socioeconômicas dos concluintes das licenciaturas, Brasil -- 2014

	Total	Área de conhecimento			
		Humanas	Linguagens	Matemática	Pedagogia
Raça					
Branco	117791 (47%)	15423 (44%)	29091 (48%)	17987 (44%)	55290 (49%)
Negro	131151 (53%)	19644 (56%)	30842 (52%)	22396 (56%)	58269 (51%)
Sexo					
Feminino	218655 (74%)	23269 (53%)	45338 (62%)	27819 (57%)	122229 (93%)
Masculino	78144 (26%)	20342 (47%)	28035 (38%)	20863 (43%)	8904 (7%)
Idade					
18 a 24	81002 (27%)	11487 (26%)	25731 (35%)	17300 (36%)	26484 (20%)
24 a 29	68056 (23%)	10828 (25%)	18133 (25%)	13211 (27%)	25884 (20%)
29 a 37	75847 (26%)	10386 (24%)	16555 (23%)	10700 (22%)	38206 (29%)
37 ou mais	71842 (24%)	10903 (25%)	12926 (18%)	7465 (15%)	40548 (31%)
Educação dos pais					
Sem instrução	17500 (7%)	2460 (7%)	2890 (5%)	2227 (5%)	9923 (8%)
Fundamental	124317 (49%)	17153 (48%)	25281 (41%)	17685 (43%)	64198 (55%)
Médio	69074 (27%)	9696 (27%)	19161 (31%)	12938 (31%)	27279 (24%)
Superior	43852 (17%)	6603 (18%)	14065 (23%)	8476 (20%)	14708 (13%)
Renda familiar					
Até 1,5 SM	67189 (26%)	9706 (27%)	14391 (23%)	10770 (26%)	32322 (28%)
1,5 a 3 SM	88659 (35%)	11776 (33%)	20321 (33%)	13718 (33%)	42844 (37%)
3 a 4,5 SM	48014 (19%)	6579 (18%)	11984 (20%)	7746 (19%)	21705 (19%)
4,5 a 6 SM	24749 (10%)	3586 (10%)	6755 (11%)	4176 (10%)	10232 (9%)
Acima de 6 SM	26130 (10%)	4264 (11%)	7946 (13%)	4715 (12%)	9005 (8%)
Situação de trabalho					
Não trabalha	64596 (25%)	9672 (27%)	15784 (26%)	13005 (32%)	26135 (22%)
Trabalha -40h	97045 (38%)	12803 (36%)	25978 (42%)	13571 (33%)	44693 (38%)
Trabalha +40h	93098 (36%)	13436 (37%)	19635 (32%)	14748 (36%)	45279 (39%)
Categoria adm.					
Privado	174561 (59%)	17761 (41%)	43545 (59%)	16645 (34%)	96610 (74%)
Público	122261 (41%)	25853 (59%)	29831 (41%)	32041 (66%)	34536 (26%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Enade 2014.

Notas: As seguintes variáveis apresentaram *missing*: raça (16%), educação dos pais (14%), renda familiar (14%), situação de trabalho (14%).

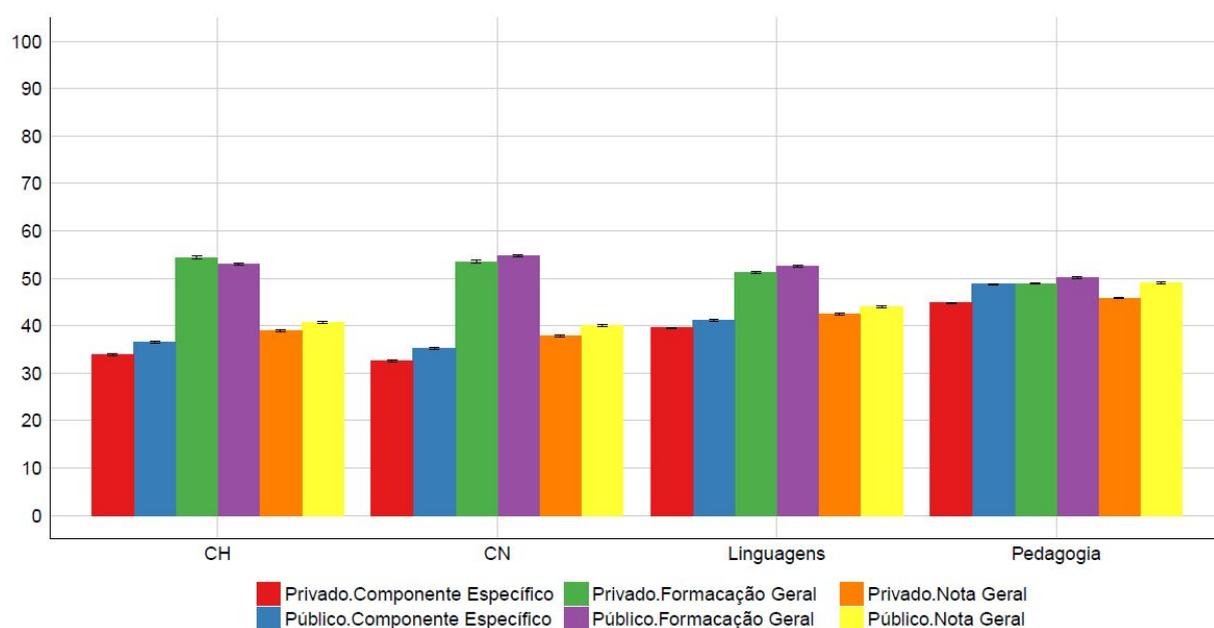
Os concluintes da área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias são aqueles que vêm de famílias mais educadas dentre as áreas de Educação (23% têm pelo menos um dos pais com diploma superior). Por outro lado, as licenciaturas em Pedagogia têm a menor proporção de concluintes nesse grupo (13%), inferior à

média total de Educação (17%). A variável referente à situação de trabalho do concluinte também mostra pouca variação entre as áreas de conhecimento. Em todas, pelo menos 70% dos concluintes trabalha, seja ou não em regime integral. Quadro semelhante é observado em relação à renda familiar, com a área de Pedagogia ligeiramente desfavorecida em relação às demais, com 65% dos concluintes vindo de famílias com renda total de até 3 salários mínimos.

Tendo em vista o perfil etário exposto acima, é possível sugerir que os concluintes das licenciaturas seguem, de maneira geral, o que pode ser considerado um “padrão invertido” de transição do trabalho para a escola. Há evidências, contudo, de que participação na educação superior em um contexto de desigualdades na divisão sexual do trabalho seja particularmente penosa para as estudantes mulheres. Nesse quadro, a permanência desse grupo tem se dado mais por estratégias individuais do que por políticas institucionais (HONORATO, 2015).

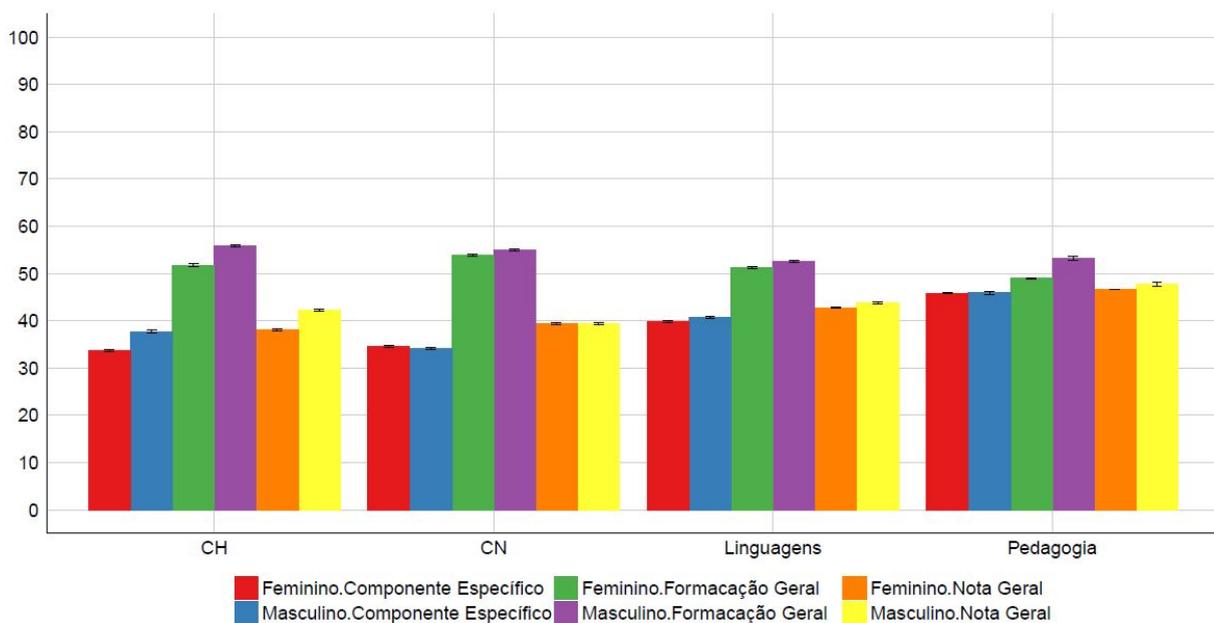
As Figuras 1 e 2 mostram as diferenças nas notas gerais do Enade, bem como em suas seções de Componente Específico e de Formação Geral, para alunos dos setores público e privado e dos dois sexos. Os concluintes das instituições públicas têm notas sistematicamente maiores do que aqueles das instituições privadas em ambas as partes específica e geral, com a exceção da Formação Geral na área de Ciências Humanas. O quadro é mais equilibrado quando comparamos as notas de concluintes homens e mulheres, mas ainda assim indica um padrão de superioridade masculina, especialmente na seção de Formação Geral. Há igualdade das notas por sexo no Componente Específico da prova em todas as áreas, com a exceção das Ciências Humanas.

Figura 1: Notas no Enade por categoria administrativa da IES, Brasil -- 2014



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Enade 2014.

Figura 2: Notas no Enade por sexo, Brasil -- 2014



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Enade 2014.

Acesso e permanência

A Tabela 2 apresenta os dados referentes à trajetória escolar prévia dos concluintes, escolha do curso, acesso a políticas de permanência e turno dos cursos.

Na área de educação, Pedagogia (71%) e Matemática, Ciências da Natureza (67%) são as subáreas com os maiores percentuais de estudantes que ingressaram sem reserva de vagas. No caso da Pedagogia, entre aqueles que entraram no curso pela ampla concorrência, o critério de renda é o mais expressivo (6%). Já para os estudantes de Matemática, Ciências da Natureza o critério com o maior percentual é o de ter cursado o Ensino Médio em escola pública ou privada com bolsa (9%). Pedagogia, apesar de apresentar condição socioeconômica inferior às demais subáreas, é aquela que menos conta com apoio social, muito provavelmente porque também concentra o maior número de estudantes que trabalham 40 horas ou mais por semana. O mesmo caso se dá para as bolsas de atividades acadêmicas extraclasse: 78% não recebe nenhuma bolsa.

Com relação à categoria administrativa do estabelecimento do Ensino Médio, mais de três quartos dos concluintes da área de Educação frequentaram a rede pública – para qualquer uma das carreiras. Observamos, entretanto, que a subárea Pedagogia é a que apresenta o maior percentual (80%), concentrando, também, o maior percentual de estudantes que estudaram em curso Supletivo ou EJA (Educação de Jovens e Adultos) – 8%. Por outro lado, observamos que a subárea Matemática, Ciências da Natureza é a que apresenta o maior percentual para escola privada de Ensino Médio (15%) e em cursos tradicionais (65%).

O incentivo dos pais e de outros membros da família dos concluintes de licenciaturas a frequentar o ensino superior é considerável. Mais um terço (38%) dos concluintes de Matemática, Ciências da Natureza relataram ter sido esse o principal incentivo para cursar o ensino superior; o menor percentual é o de Ciências Humanas (30%). Quando olhamos para a situação dos cursos, de forma isolada, chama a atenção o curso de Biologia, com 60% dos estudantes tendo marcado que os pais foram o seu maior incentivo para estar no ensino superior. No polo oposto estaria o curso de Filosofia, com o menor percentual nessa resposta – 38%, muito provavelmente pelas famílias terem dificuldade de definir o uso social do diploma de Filosofia.

Os principais motivos dos concluintes para a escolha da licenciatura foram vocação (31%) e importância da profissão (18%). A proporção razoavelmente alta do primeiro item pode indicar uma incorporação da ideologia moderna ou liberal

(presente até mesmo em algumas correntes teóricas) de que as aptidões, os dons, as habilidades inatas seriam as responsáveis pela escolha pela área, mas que, tendo em vista a correlação entre origem socioeconômica e escolha do curso, expressam desvantagens sociais que são substituídas por orientações escolares (Bourdieu e Passeron, 1992).

A área de Pedagogia se destaca por apresentar respostas mais relacionadas à inserção no mercado de trabalho e valorização profissional. Uma vez que os estudantes de Pedagogia são os que mais trabalham (40 horas ou mais por semana), esses dados podem indicar que o diploma de ensino superior, no curso de Pedagogia, pode vir a melhorar sua situação profissional.

Finalmente, 70% dos estudantes da área estudam no período noturno, sendo que a subárea Pedagogia é a que apresenta maior percentual de estudantes nesta condição (78%); as demais giram em torno de dois terços.

Tabela 2: Estatísticas descritivas sobre escolha de curso e permanência dos concluintes das licenciaturas, Brasil -- 2014

	Total	Área de conhecimento			
		Humanas	Linguagens	Matemática	Pedagogia
Pretende ensinar					
Não.	16866 (8%)	2293 (5%)	4653 (6%)	2918 (6%)	7002 (5%)
Sim, principal.	163486 (75%)	21698 (50%)	36024 (49%)	22204 (46%)	83560 (64%)
Sim, secundária.	38121 (17%)	6258 (14%)	10581 (14%)	9241 (19%)	12041 (9%)
Não decidi	35978 (12%)	5591 (13%)	10070 (14%)	6904 (14%)	13413 (10%)
Forma de ingresso					
Ação afirmativa	53393 (18%)	8377 (19%)	12842 (18%)	8703 (18%)	23471 (18%)
Ampla concorrência	201288 (68%)	27520 (63%)	48542 (66%)	32608 (67%)	92618 (71%)
Indicador de auxílio					
Com auxílio	26939 (9%)	5353 (12%)	6397 (9%)	7219 (15%)	7970 (6%)
Sem auxílio	227801 (77%)	30558 (70%)	55000 (75%)	34105 (70%)	108138 (82%)
Indicador de bolsa					
Bolsista	52223 (17%)	9967 (23%)	13863 (19%)	15064 (31%)	13339 (10%)
Não bolsista	202450 (68%)	25930 (60%)	47521 (65%)	26248 (54%)	102751 (78%)
Turno					
Não noturno	88194 (30%)	15372 (35%)	26462 (36%)	17263 (36%)	29097 (22%)
Noturno	208628 (70%)	28242 (65%)	46914 (64%)	31423 (64%)	102049 (78%)
Incentivo					
Família	77345 (35%)	10188 (30%)	19464 (36%)	13315 (38%)	34378 (36%)
Ninguém	53671 (24%)	8657 (26%)	12824 (24%)	8650 (24%)	23540 (24%)
Outro	88720 (40%)	14614 (44%)	21843 (40%)	13542 (38%)	38721 (40%)
Modalidade EM					
EJA	19625 (7%)	2785 (6%)	3970 (5%)	1698 (4%)	11172 (8%)
Profissional	60818 (20%)	7479 (17%)	10700 (15%)	7592 (16%)	35047 (27%)
Tradicional	171075 (58%)	25130 (58%)	46085 (63%)	31680 (65%)	68180 (52%)
Motivação p/ lic. profissão					
Importância da profissão	54353 (18%)	6870 (16%)	11900 (16%)	7095 (15%)	28488 (22%)
Inspiração de professores	27267 (9%)	5532 (13%)	7788 (11%)	6314 (13%)	7633 (6%)
Outras	79919 (27%)	12393 (28%)	20889 (28%)	16645 (34%)	29992 (23%)
Vocação	92912 (31%)	11045 (25%)	20750 (28%)	11213 (23%)	49904 (38%)
Tipo EM					
Escola Privada	35355 (12%)	5758 (13%)	10726 (15%)	7448 (15%)	11423 (9%)
Escola Pública	218923 (74%)	30072 (69%)	50502 (69%)	33808 (69%)	104541 (80%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do ENADE 2014.

Nota: ¹ Em Tipo de EM, menos de 1% selecionaram "Todo no exterior" ou "Parte no Brasil e parte no exterior".

² Em Modalidade EM, menos de 2% selecionaram “Outra”.

³ As seguintes variáveis tiveram *missing*: Pretende ensinar (14%), Incentivo (26%), Modalidade de EM (14%), Motivação para Licenciatura (14%), Tipo de EM (14%), Forma de ingresso (14%).

Discussão

Estudos sobre desigualdades qualitativas dentro de um mesmo nível de ensino são fundamentais para avaliar em que medida “expansão” significa “democratização” do acesso ao ensino superior. Nesse cenário, embora a ampliação do acesso ao ensino superior desempenhe papel importante, cabe observar que diferentes categorias sociais podem não se beneficiar, igualmente, deste processo.

Partindo de estudos que mostram que, no Brasil, a área de educação concentra, historicamente, grupos menos privilegiados socioeconomicamente e também de menor desempenho, os exercícios realizados neste artigo buscaram evidenciar as diferenças qualitativas entre os cursos de formação de professores, agregando os dados por subáreas de interesse. Os dados apresentados mostram que há diferenças internas importantes entre os estudantes das licenciaturas, que apontam para carreiras em áreas de maior ou menor prestígio, de acordo com o maior ou menor percentual de mulheres, não-brancos/as, com pais e mães mais ou menos escolarizados, com melhor ou pior situação de trabalho e renda, etc.

Dessa maneira, foi possível observar que a subárea Pedagogia não apenas concentra os piores resultados em termos de condição socioeconômica como também de condição de acesso e permanência no ensino superior. Vale ressaltar que, de maneira geral, o problema da pior ou melhor condição socioeconômica está em quanto o estudante pode se beneficiar do ensino superior. Um estudante trabalhador do período noturno, por exemplo, tem menor disponibilidade de participar de atividades extra-classe, como em projetos de extensão e pesquisa, eventos científicos, culturais e artísticos e de programas de monitoria e de iniciação à docência. De fato, vimos que a subárea Pedagogia, com resultados piores nos indicadores socioeconômicos, tem piores condições de acesso e permanência em seus cursos. Já Matemática, Ciências da Natureza, com alunos com melhores condições socioeconômicas, têm mais acesso a bolsas acadêmicas, por exemplo.

As análises feitas permitem apontar para um padrão bem marcado entre as subáreas – uma grande diferença econômica e cultural entre a subárea Pedagogia e as demais subáreas das licenciaturas brasileiras. Já entre as demais subáreas não existe um padrão tão evidente, sendo as diferenças entre cursos maiores que as diferenças entre elas. Essa é uma importante evidência de que diferentes categorias sociais concentram suas escolhas e acesso em distintas carreiras.

Nos termos das análises das teorias da estratificação social, a análise realizada buscou compreender em que medida o sistema de ensino superior consegue diminuir o peso da origem social na definição das trajetórias escolares. O que vimos, não obstante, é que a origem socioeconômica e as marcas sociais estão associadas a diferenças qualitativas no acesso e condições de permanência dos cursos da área de educação.

De modo a dar continuidade ao debate, seria importante realizar uma análise das oportunidades sociais conferidas aos distintos diplomas e estratificação horizontal das trajetórias. Também seria de fundamental importância examinar o condicionamento social a diferentes postos de trabalho acessados por indivíduos com um mesmo diploma. Piores condições socioeconômicas e de acesso e permanência estariam associadas a um pior desempenho no Enade e ao preenchimento de posições de baixo prestígio no mercado de trabalho? Somente analisando a saída do sistema de ensino e a entrada no mercado de trabalho é que será possível verificar em que medida e como estudantes com distintos perfis se beneficiam de seus diplomas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, R; BRITTO, A. de; COSTA, R. M. e; MACHADO, D. C.; RAEDER, F.; WALTEMBERG, F. Ser ou não se professor da educação básica? Salário esperado e outros fatores na escolha ocupacional de concluintes de licenciaturas. In: CEDE/UFF – Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento. **Texto para Discussão**, n. 120, out. 2016.

ARTES, A.; RICOLDI, A. M. Acesso de negros no ensino superior: o que mudou entre 2000 e 2010. **Cad. Pesqui.** vol.45 no.158 São Paulo Oct./Dec. 2015.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. Introdução. In: **ENSINO SUPERIOR: expansão e democratização.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; ZUCCARELLI, Carolina. A formação nas áreas de CTEM: saberes modernos em instituições tradicionais. In: Marina P.P. Oliveira; Paulo A. M. Nascimento; Aguinaldo N. Maciente; Luiz A. Caruso; Eduardo M. Schneider. (Org.). **Formação de Profissionais das Áreas De Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (CTEM).** 1ªed.Brasília: ABDI/IPEA, 2014, v. IV, p. 63-98, 2014.

BARBOSA, M. L.; VIEIRA, A.; TAGLIARI, C. Institutional and social factors of performance and completion of higher education. Trabalho apresentado na 30º CHER Annual Confere. Jyväskylä, Finland, Aug. 2017.

BELTRÃO, Kaizô; ALVES, José E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira do século XX. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, 14.XIV, Caxambu, 2004.

BISSERET, Noelle. A ideologia das aptidões naturais. In: DURAND, José Carlos (Org.). **Educação e Hegemonia de Classe: as funções ideológicas da escola.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

BOURDIEU, Pierre (1966). A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A. & CATANI, A. (Orgs.). **Escritos de Educação.** 11ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A REPRODUÇÃO** - Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Editora Francisco Alves, 1992.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Microdados do Exame Nacional de**

Desempenho de Estudantes (Enade). Brasília, 2014..

BRUSCHINI, Maria Cristina. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **CADERNOS DE PESQUISA**, Fundação Carlos Chagas, v. 37, 2007.

CARVALHAES, Flavio; Ribeiro, Carlos Antonio da Costa. (2017). *Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional*.

COMIN, Álvaro A.; BARBOSA, Rogério J. Trabalhar para estudar: a pertinência da noção de transição-escola no Brasil. **NOVOS ESTUDOS CEBRAP**, São Paulo, n. 91, p. 75-95, 2011.

COSTA, A. A volta ao lar segundo Betty Friedan. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v.2, jul. 1983.

CUNHA, Luiz Antônio. A universidade brasileira nos anos oitenta: sintomas de regressão institucional. **Em Aberto**, Brasília, ano 8, n. 43, jul./set. 1989.

DAVIS, Kingsley & MOORE, Wilbert E (1945). Alguns princípios de estratificação. In: VELHO, Otávio Guilherme; PALMEIRA, Moacir G. S.; BERTELLI, Antônio R. (Orgs.). **Estrutura de Classes e Estratificação Social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

DUBET, François. Qual democratização do ensino superior? **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n.74, mai./ago. 2015.

FORQUIN, Jean-Claude (1990). Sociologia das desigualdades de acesso à educação: principais orientações, principais resultados desde 1965. In: FORQUIN, Jean-Claude (Org.). **Sociologia da Educação: dez anos de pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GATTI, Bernadete A. Formação de professores: condições e problemas atuais. **Revista Internacional de Formação de Professores**, v. 1, n. 2, Itapetininga, p. 90-102, mai./2009.

HONORATO, Gabriela de Souza. **Intermediação do acesso aos empregos e inserção profissional**: os profissionais de recursos humanos sob o olhar sociológico. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Sociologia). Rio de Janeiro: PPGSA/IFCS/UFRJ, 2010.

LEME, Luciana França. **Atratividade do magistério para a educação básica**: estudo com ingressantes de cursos superiores da Universidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

LUCAS, S. Effectively Maintained Inequality: Education Transitions, Track Mobility, and Social Background Effects. **American Journal of Sociology** v. 106, n. 6, p. 1642-90, 2001.

MONT'ALVÃO, Arnaldo. A dimensão vertical e horizontal da estratificação educacional. **Teoria e Cultura**, v. 11, n.1, jan./jun. 2016.

NOGUEIRA, Claudio Marques Martins. Escolha racional ou disposições incorporadas: diferentes referenciais teóricos na análise sociológica do processo de escolha dos estudos superiores. **ESTUDOS DE SOCIOLOGIA**, v.2, nº.18, 2012.

RÉGNIER, Karla Von Dolinger. **O que conta como mérito no processo de seleção de gerentes e executivos no Brasil** – uma análise baseada na oferta de empregos de anúncios classificados. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Sociologia). Rio de Janeiro: PPGSA/IFCS/UFRJ, 2006.

RIBEIRO, C. A. Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. **Dados** , v. 54, n. 1, p. 41-88, 2011.

RIBEIRO, C. A. C.; SCHLEGEL, R. Estratificação horizontal da Educação Superior no Brasil (1960 a 2010). In: ARRETCHE, M. **Trajetórias das Desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp/CEM, 2015. p. 133-162.

SCHWARTZMAN, Simon. A educação de nível superior no Censo de 2010. Trabalho preparado para apresentação no Encontro do Grupo de Pesquisa "Ensino Superior: expansão, diversificação, democratização". Belo Horizonte, 27/28 de setembro 2012.

TEBET, Mani. Mulheres na engenharia: transgressão? **FAZENDO GÊNERO 8** – corpo, violência e poder, Florianópolis, 2008.

VARGAS, Hustana Maria. Sem perder a majestade: "profissões imperais" no Brasil. **ESTUDOS DE SOCIOLOGIA**, Araraquara, v.15, n.28, p.107-124, 2010